

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

### **----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----**

#### **----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----**

#### **----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----**

#### **----- 1 – REVISÃO ORGÂNICA DA CMMV – QUADRO DE PESSOAL ----**

----- Pelo Presidente da Câmara, foi presente a Revisão Orgânica da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho – Quadro de Pessoal.-----

----- Informou que, aquele como outro ponto que estava agendado, eram documento de trabalho, com vista a uma reunião de trabalho. Não eram documentos finais que apresentava para tomar nesta reunião deliberação final.-----

----- No que dizia respeito à Revisão Orgânica da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho – Quadro de Pessoal, tinha aproveitado para distribuir aos senhores Vereadores o Quadro actual, que estava desde catorze de Junho de dois mil em vigor, dentro do Município de Montemor, e chamar, sobretudo a atenção para aquela estrutura que viam, para ter uma noção do que existia actualmente, e do que iria ser apresentado como contrapartidas.-----

----- Mais disse que, tem sido a pessoa que mais tem trabalhado naquele documento, ouvindo os duzentos trabalhadores da Câmara Municipal, com excepção de quatro ou cinco, por motivos de baixa, ou de licenças sem vencimentos que não se encontravam ao serviço, todos os outros tinham sido ouvidos, exceptuando um funcionário que se tinha recusado a ser ouvido fora do horário de trabalho, e que depois das dezasseis horas e trinta minutos se recusava a comparecer na reunião. -----

----- Tinha ouvido todos os restantes funcionários, sobretudo as suas preocupações, as suas aspirações e, nalguns casos, aquilo que depois iria ter que ser bem visto, em termos do quadro de pessoal, que era algumas re-qualificações, algumas re-definições, porque nem tudo o que estava como provido, no quadro de pessoal, na realidade correspondia às categorias profissionais que as pessoas estavam integradas. -----

----- Por exemplo, tinham dois lugares ocupados com Fiscais de Obras, enquanto na realidade apenas existia um, pois o outro estava no Pavilhão pois já não exercia. Teriam que aproveitar toda aquela re-organização para, se for lógico, que aquelas pessoas se mantenassem, onde estavam, deixavam de ter aparências, passando a ter realidades. As pessoas eram reconvertidas, não perdiam a sua remuneração equiparada, mas iria para uma outra área, e abria os lugares. Iriam chegar a um ponto que não tinham gente disponível para determinadas áreas operacionais, e técnicas, que apesar de estarem providos no quadro, não era aquele o seu desempenho quotidiano e funcional. Havia que reestruturar toda aquela matéria. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

----- Em relação ao quadro actualmente existente, tinha quatro Departamentos. Daqueles apenas dois estavam providos. Tinham também um conjunto de Divisões, daquelas apenas uma estava provida, que era a Divisão de Saneamento Básico. Tinha também um conjunto de secções e de serviços específicos. Era uma estrutura que considerava demasiado administrativa, burocratizada, pouco técnica e pouco operacional. Era dentro daquele contexto a visualização que tinha, daquilo que deveriam ser os próximos quatro, cinco anos, que era o tempo que considerava essencial para que uma estrutura daquelas se pudesse readaptar. As questões de recursos humanos e de organização, não poderia ser vista de um ponto de vista de estaticidade, era dinâmica. A própria filosofia da estruturação político-jurídica das autarquias, ia evoluindo e isso iria trazer necessidade de reajustamento. -----

----- Eram competências que eram delegadas, eram intervenções que iam criando novas formas de intervenção que teriam que ter, depois o seu espelho na sua orgânica e na sua dinâmica. -----

----- Para além do referido, existia um conjunto de preocupações que não estavam ali retractadas em áreas que hoje, do ponto de vista técnico-profissional, e até de novas profissões eram, de acordo com as competências que tinham vindo a ser delegadas nas autarquias, cada vez mais necessárias. Quando forem a analisar o quadro de pessoal, iriam ver, ainda com maior incidência aquela filosofia, ou aquela anti-filosofia estratégica que acabava de referir, no sentido de que encontravam muito pouco no âmago do quadro de pessoal, de tecnicidade, de fiscalização e de competência técnico-profissional. -----

----- Pensava que, de acordo com aquilo que se deparavam, em termos de projectos e em termos de dinâmica, quer do quadro comunitário, quer da estrutura, cada vez mais rigorosa que os planos de contabilidade exigiam. -----

----- Não era só a sua visualização, em termos da gestão financeira. Aquela gestão implicava cada vez mais possibilidades de apuramentos de custos, de apuramentos orçamentais, de apuramentos de custo-benefício, tendo sempre subjacente o factor social que a própria autarquia tinha que ter, mas num contexto daquele tipo de gestão, que muitas vezes não se via ali retractado. -----

----- Passando agora àquilo que seria uma evolução, que sobretudo iria ser suportada num critério de flexibilização funcional, ao mesmo tempo de aligeiramento estrutural, sobretudo no que dizia respeito a uma determinada postura que poderia considerar demasiado optimista. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

----- Considerava que o quadro de pessoal tinha Departamentos a mais, como o Executivo iria ver, pelo que iria sugerir apenas três Departamentos, aumentar os quadros intermédios de Divisões e, sobretudo criar duas ou três hipóteses de reestruturação que, para além de irem valorizar algumas áreas, como por exemplo a área do Planeamento Urbanístico, a área da Gestão do Espaço Urbano, bem como a área da Intervenção do investimento Municipal. Eram duas áreas que naquele momento pensava que estavam "coisas", face ao que era a sua preocupação.-----

----- Iria trazer necessidades de reorganização de pessoal técnico intermédio, com capacidade de sobretudo, poder ocupar uma faixa de oferta de competência profissional que naquele momento não tinham, e que todos os dias discutiam. Nomeadamente técnica para a fiscalização das obras e maior capacidade, por parte da autarquia, de poderem com a oferta exterior aquilatar que os projectos de desenvolvimento sejam suportados naquilo que eram as empreitadas, a aquisição de serviços, etc. para o qual teriam que ter um suporte capaz de lhes poder dar a garantia de que, estavam a ter um acompanhamento adequado, em termos daquilo que era a qualidade do serviços que adquiriam.-----

----- Em paralelo com o atrás referido, haverá que chamar a atenção para aquilo que se poderá passar para dentro das obras municipais, com a actual estrutura de pessoal externo. Em relação àquilo, a visualização que o executivo iria ter, quer da estrutura, quer do quadro de pessoal, em si apontava fundamentalmente para três objectivos: -----

----- Primeiro – uma melhor qualificação daqueles recursos humanos, isto é,: a terem que ter aquelas pessoas, iria que ter que apostar em pessoal qualificado ou altamente qualificado. Hoje, aquilo que se verificava era que, era cada vez mais insustentável uma situação de gestão de recursos humanos naquela matéria que não trouxesse aquela qualidade. Ouviam depois as críticas à forma organizativa e de trabalho que era desempenhada pelos próprios trabalhadores.-----

----- Segunda – a criação, naquela vertente de uma nova dinâmica de responsabilidade, e naquele âmbito apontava duas ou três questões que lhe pareciam fulcrais, nomeadamente de uma estruturação de competência de chefia, em termos daquele mesmo pessoal, que teria que ser novamente retomada, naquilo que tinha sido deixado, e que durante alguns anos ali tinha sido concretizado e que, por qualquer vicissitude tinha desaparecido.-----

----- Dizia respeito, sobretudo aos quadros intermédios, nomeadamente encarregados, encarregados gerais que, naquele momento punham circunstâncionalismos claros de

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

gestão que tinham que ser revistos. Ainda mais quando uma grande parte daquelas pessoas que estavam a desempenhar aquelas funções, estavam à beira de se reformar, ou ir embora. Tinham que reaquacionar aquelas circunstâncias.-----

----- Seria um preâmbulo inicial, e naquele momento iria apresentar como é que, face àqueles considerandos estava a ser elaborada a estruturação, para depois verem, em termos de intenções de quadro de pessoal, o que é que poderia significar, ouvir as opiniões do executivo, para depois alicerçarem o regulamento orgânico do quadro. -----

----- Posteriormente, passarem à fase da orçamentação daquele quadro a dois níveis: a nível do seu provimento actual, com todas as requalificações que tinha vindo a abordar, e a outra, para os serviços financeiros, assim o estimarem, porque a Lei assim o obrigava, para uma evolução dinâmica de como é que aquele quadro poderia evoluir nos próximos anos. Porque a Lei era, naquele caso, exigente, não poderiam ter capitações de gastos naquela matéria superiores aos plafonds fixados, de acordo com a receita corrente que tinham. -----

----- Teriam que compatibilizar aquilo com a evolução dinâmica da própria receita do município. Poderiam ter um quadro aprovado para duzentas e vinte pessoas, mas que ficasse previsto, de acordo com aquele estudo, que iria ser apenas provido, em cento e oitenta, por exemplo, num primeiro ano, em cento e noventa no segundo e só atingiria a possibilidade, ao fim de quatro ou cinco anos, pois não haverá condicionalismos financeiros que permitam que o façam de imediato. -----

----- Não havia ali uma ideia, de face ao quadro de pessoal que venha a ser aprovado, que era para provimento total e global.-----

----- A discussão daquele ponto, era para ficarem conhecedores do que se estava a fazer, darem a conhecer as preocupações. Voltariam a repegar aquele trabalho, a sua preocupação era chegar ao fim do ano, com o executivo a aprovar aquela estrutura, e pensava ser possível, mas não iriam acelerar uma coisa sem terem os “pés bem assentes”. Por ele, prescindia que fosse na Reunião de vinte e três, ou de trinta de Dezembro da Assembleia, que aquele ponto fosse aprovado. Poderiam solicitar uma reunião extraordinária em Janeiro.-----

----- Também tinha vindo a sentir alguma evolução. Tinha vindo a discutir com muita gente aquele processo, refeito algumas particularidades de funcionalidade, e naquele caso concreto os Senhores Directores de Departamento, presentes, tinham tido já um primeiro confronto com um documento, quando o tinha começado a visar, já iriam ver novas modificações, estando ao mesmo nível de participar na discussão.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

-----E sendo doze horas e quarenta e cinco minutos, interrompeu-se a reunião para almoço, tendo a mesma reiniciado às catorze horas.-----

----- Após alguns esclarecimentos sobre o quadro de pessoal e a estrutura orgânica, deu-se início à discussão sobre os mesmos. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que colocaria naquele momento a Revisão Orgânica da Câmara de Montemor-o-Velho, era um documento de trabalho que iria ter “pela frente” mais algumas semanas de melhoramento e de acerto. -----

----- Interveio o Vereador Victor Carneiro dizendo que, gostava de tentar, dentro do possível, colocar algumas questões que pudessem suscitar reflexões. Tinham assistido à apresentação feita, tinham sido feitos, também imensos comentários, com os quais, na generalidade estava de acordo.-----

----- Tinha algumas dúvidas, por exemplo: havia naquele documento uma perspectiva de redução de Departamentos, na prática reduziam-se de quatro para três, embora só dois estivessem providos naquela altura. Para todos os efeitos, e em termos práticos o aumento de um Departamento, pelo menos em cargos de chefia. -----

----- Parecia-lhe que, havia também um aumento significativo de Chefes de Divisão, pois passavam para dez divisões. Pessoalmente não via qualquer problema, mas não sabia até que ponto é que não poderia haver ali uma reflexão, no sentido de perceber se o conceito de divisão, fazia ou não sentido. -----

----- Quando estabeleciam, em termos orgânicos, e criavam unidades orgânicas, geravam nos funcionários, e considerava positivo, uma perspectiva de poderem vir a reivindicar, ou a propor-se para aqueles lugares. E isso poderia provocar, em termos genéricos, alguma conflituidade ou algum tipo de tumultos internos, que não sabia se se justificavam. -----

----- Mais disse que, a estrutura orgânica estava mais clarificado que o anterior, porque aparecia a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara. O que lhe parecia era que existia, ao nível das divisões, pois não se encaixavam na distribuição de Pelouros que naquele momento existiam. Tinha detectado, nalguns exemplos, que um mesmo chefe de Divisão poderia estar debaixo de várias tutelas, e isso poderia trazer alguma conflituidade. -----

----- Por exemplo, um chefe de divisão que tivesse dois ou três serviços afectos, não haveria uma tutela directa sobre aquele chefe de divisão, especialmente nos casos dos chefes de divisão, que estavam a falar. Admitia que no organograma não figurasse a

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

estrutura política, os Pelouros, mas não sabia até que ponto, é que não poderia haver um enquadramento. -----

----- Ou havia a perspectiva de alterar ou de ajustar os Pelouros à estrutura orgânica, ou poderia promover a que um mesmo dirigente responsável, ter várias tutelas ao mesmo tempo. Outra questão, era o nível de recursos humanos, e pessoalmente considerava que os recursos humanos, deveriam ali surgir na dependência do Presidente da Câmara, pois era ele que formalmente era responsável pelos mesmos, com um serviços de apoio. Depois dos recursos humanos deveriam recorrer a formação, a medicina do trabalho, etc.. No documento apresentado o que tinha aparecido era um gabinete de formação e de medicina no trabalho.-----

----- Relativamente à questão dos assuntos socio-culturais, o Presidente tinha separado a Divisão de Desporto, Juventude e Tempos Livres, não era um departamento, mas tinha uma vida autónoma que dependia da coordenação do Presidente, bem como todas as divisões ali apresentadas, que tinham uma relação directa com o Presidente da Câmara. -----

----- Se houvesse um departamento dos assunto socio-culturais ou de assuntos sociais, onde pudesse caber tudo o que ali se falava, da área cultural, educação, acção social, desporto, juventude e tempos livres, mas tal não acontecia, tendo uma tutela directa, mas também não via nenhum problema naquela situação.-----

----- Por exemplo, a juventude e os tempos livres também estavam na tutela, naquele momento, do senhor Vereador da Cultura. Aquela divisão tinha à partida duas tutelas. -----

----- A função da oposição era também fazer uma apreciação geral e política. Na sua opinião, ou havia uma redefinição dos pelouros, ou gerar-se-ia uma grande confusão. Lidava com estruturas orgânicas, planeamentos, etc. regularmente e tinha uma visão própria da situação. Para o desporto estar ligado ao Presidente da Câmara era uma mais valia fortíssima. O papel do Presidente da Câmara, no lançamento de um novo sector é chamá-lo a si, para lhe dar força, para o estruturar e depois enquadrá-lo na estrutura quando tivesse já sedimentado, achava que era a melhor estratégia que havia em gestão. -

----- Em termos de estrutura, pensava que aquelas novas divisões que estavam ali a ser criadas, até terem corpo e estarem sedimentadas, deveriam depender da área política, e quanto a isso não tinha duvidas.-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara, dizendo haver ainda, duas ou três questões delicadas. Não poderiam omitir que as Câmaras foram entidades empregadoras, num sentido quase comparativo, com o que tinha sido a "Revolução Industrial", entre a intensidade de capital e a intensidade de mão de obra. Era necessário terem algum

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

contexto de que o Município de Montemor, que tinha passado pela primeira fase de ser uma entidade empregadora, mais não qualificante, do que qualificante, para onde teria que caminhar.-----

----- Seja uma solução ou outra, não era só benesses, também teriam custos, o ponto de vista social, do ponto de vista económico, e ao mesmo tempo do ponto de vista estratégico. Iriam cair num discurso, que para além de ser político teria que ser motivador e incentivador. Isto é: se caminharem para uma perspectiva que seja pragmática de avançar com os Pólos Industriais, etc. pensava que a autarquia, cada vez mais teria que se colocar numa posição de retaguarda, e não ser o agente mobilizador dos recursos humanos, não tinha lógica. Teriam que defender o patamar seguinte, que era passar da quantidade à qualidade, e dentro daquele aspecto haviam algumas coisas que não eram tão simples como pareciam. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em termos de estrutura orgânica julgava que, também não seria nenhum disparate que ficassem evidenciadas algumas áreas em que a Câmara intervinha. Pensava que o organograma valia, não tanto pela gestão interna, como por quando mostravam um desenho, as pessoas imediatamente viam qual a dimensão das implicações, do trabalho, da organização que uma Câmara tinha. -----

----- A possibilidade de dar relevância aos Conselhos Municipais, às entidades em que a Câmara participava, pois para todos os efeitos tinha uma cota parte de responsabilidade naquelas entidades. Estava a falar da ADA, do Paul da Arzila, da Assembleia Distrital, etc. implicava dar uma visibilidade relativamente à representatividade dos políticos noutras entidades, e noutros organismos, embora não dependessem da Câmara. -----

----- Se aparecesse um organograma da Câmara num determinado sítio com todas aquelas variações, qualquer munícipe, qualquer pessoa olhava e via, se a Câmara tinha sentido de orientação, percebia quais eram os seus envolvimento e as suas implicações, não só as que decorriam em termos operacionais, mas também as institucionais e políticas. -

----- Entrando no quadro de pessoal, iria ao encontro do desafio feito pelo Presidente. A Câmara teria que definir que matéria influenciava as suas decisões. Ou a Câmara se colocava num patamar de reduzir o rácio de custos com recursos humanos, face ao volume dos custos correntes normais, ou então colocava-se no patamar de preencher os rácios que eram impostos por lei. -----

----- Julgava que se a Câmara conseguisse chegar a um ponto em que tivesse um rácio dos custos com recursos humanos, representarem cerca de quarenta por cento, seria uma

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

gestão tecnológica, altamente evoluída. Ou a Câmara continuava a assumir que também tinha uma função, face ao emprego, então aí quanto mais funcionários tiver melhor, pois produzia riqueza e esse era um modelo que ainda hoje se via, por exemplo no Alentejo, onde uns eram funcionários públicos e o resto eram desempregados. Ou então a Câmara potenciava e estimulava o segundo e o terceiro sector, para a produção de um conjunto de actividades e serviços desencadeados por ela própria. -----

----- Porque é que a Câmara não tinha, por exemplo, auxiliares de educação? E no futuro talvez venha a ter professores, educadores, etc., no presente não os tinha porque não precisava. Se a Câmara substabelecer de forma contratualizada, legal, o conjunto de responsabilidades no segundo e no terceiro sector, ficaria mais disponível para apostar em quadros superiores e na subtilidade da gestão, da supervisão e do envolvimento e implicação da sociedade em geral. -----

----- Aquela filosofia teria que ser seguida logo à partida, porque para o Vereador das Obras, por exemplo, desde que as obras aparecessem feitas, era fundamental, mas sabia que muitas das vezes ficava-lhe mais barato, se contratualizar no mercado, e não tinha responsabilidades de gestão de recursos humanos, que eram muito complicadas, pois estavam a falar de absentismo. Os custos para uma Câmara com recursos humanos, quando conjugavam absentismo, horários de trabalho, etc. eram imensos, estavam no momento da viragem, de uma opção mais moderna da economia, o sub-estabelecimento de responsabilidades nos outros sectores. -----

----- Se a Câmara apostar em quadros competentes, que façam a supervisão, o planeamento, a avaliação, a gestão, que mobilizem e induzam a população e os outros agentes, a Câmara não precisaria de ter um quadro de recursos humanos enorme. Esta Câmara, como qualquer outra, a percentagem de quadros superiores dever-se-ia começar a inverter, ou seja: fosse cada vez maior, em detrimento dos operários, e dos outros quadros. Teria que ser pensado em termos transitórios, pois no futuro a Câmara teria que elaborar um plano estratégico de desenvolvimento para os próximos anos. -----

----- Um dos problemas da política, como sabiam, era que se pensava sempre a curto prazo. Pensava-se sempre no que se tinha conseguido inaugurar, e não naquilo que fazia falta e que deveria ser pensado em termos plurianuais, e em ciclos. -----

----- Também não tinha ficado esclarecido, porque é que os dirigentes, Directores de Departamento e Chefes de Divisão, eram também contabilizados nos plafonds das categorias técnicas respectivas. Por exemplo, o Engenheiro Miranda, aparecia no quadro enquanto engenheiro, e enquanto dirigente. Sabia que eram lugares de nomeação, ou de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

comissões, e sabia que fazia sentido, mas era por aqueles motivos que os quadros nunca poderiam contemplar o máximo de funcionários que uma entidade admitia, devendo ter sempre uma margem de flexibilidade. -----

----- O organograma e o quadro de pessoal estavam muito implicados, mas também estavam implicados com as linhas estratégicas, filosóficas, e falava-se muito de gestão estratégica, estava tudo implicado entre si. Não era fácil fazer uma apreciação sobre os recursos humanos, sem saber quais eram os objectivos e as prioridades para cada um dos sectores. -----

----- Parecia-lhe haver aspectos positivos, que era o reforço dos quadros superiores. Quando falava nos quadros superiores, e não tinha nenhum estigma, nem positivo, nem negativo, em relação àquilo. Sabia que havia pessoas com formação superior e que tinham um valor muito subjectivo, e também sabia que haviam pessoas que não tendo formação superior, poderiam ter valores acrescentados elevadíssimos. Quando se recrutava de partida pessoas com formação superior, elas ofereciam condições de evolução pessoal e profissional, completamente diferentes. -----

----- Na sua opinião a Câmara deveria "emagrecer", a sua estrutura ao nível daquilo que era prestação de serviços que podia adquirir, com valor acrescentado para a própria autarquia, e deveria reforçar a possibilidade dos quadros superiores. -----

----- Por outro lado, e para concluir, deveria haver, internamente, uma divisão, um sector, um serviço, um gabinete, ou uma consultaria, na área dos recursos humanos era fundamental. Só se consegue mobilizar as pessoas, implicando-as, partilhando dificuldades e partilhando êxitos. Deveriam tentar perceber, através de uma avaliação muito rigorosa, pois a única classificação que existia na função pública era "Muito Bom" era um bocado ridículo, quando ultrapassavam aquele sector. Deveriam tentar ver, dentro dos próprios serviços, pessoas que desempenham funções, que estão mobilizadas, que não têm problemas de horários, e que deveriam ser premiadas independentemente de tudo. -----

----- Se aquela premiação não podia ser por via das carreiras estipuladas, de tempos a tempos, pois na função pública evoluía-se por antiguidade, do seu ponto de vista, deveria ser dada a oportunidade de acesso à evolução nas carreiras, ou à ocupação de lugares de maior destaque, às pessoas mais implicadas. -----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo dizendo que, o quadro de pessoal e o organograma que ali estavam a discutir, deveriam ser bem debatidos entre eles. Pensava que têm tido, ao longo dos anos, um quadro de pessoal, que não era real. Havia pessoas que tinham uma categoria profissional, e depois exerciam outra, para ele situações daquela

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

natureza eram as piores, naquele quadro orgânico. Pensava que, de uma vez por todas, e de uma forma evidente, deveriam clarificar toda aquela situação, e torná-lo o mais real possível. -----

----- Uma outra questão, e estava perfeitamente de acordo que se reduza gradualmente, os cantoneiros, que se recorra, perante a perspectiva e o projecto que se quer para o futuro, e a forma em que se quer implementar, as questões de se recorrerem a serviços exteriores, a empresas particulares, devidamente coordenadas pelos serviços técnicos da Câmara. -----

----- Para finalizar, e de uma vez por todas, achava que todas as Divisões que ali estavam a ser criadas, deveriam escolher para as integrar, pessoas muito bem seleccionadas, para exercerem o seu cargo na perfeição. O funcionamento da capacidade de resposta de tudo o que envolvia a Câmara Municipal, era o espelho da casa. Tinham-se debatido, ao longo dos anos, com algumas questões, que eram mais que evidentes, mas também redutoras. Dava a sensação que ninguém era responsável por nada, ninguém sabe de nada e as coisas desapareciam. -----

----- Os Vereadores dos Pelouros, que eram ligados àquelas estruturas, tenham a capacidade de informação diária, e de resposta perante o poder político, em relação àquela matéria. Pensava que tinham na mão um documento que deveria ser bem trabalhado, com a perspectiva de no futuro, conseguirem enquadrar as pessoas certas, nos lugares certos. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que, onde estava a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, na sua opinião deveriam retirar os recursos humanos, e criava uma unidade específica, especializada naquela área. Pensava, como já tinham referido, que um técnico de recursos humanos era fundamental. Uma Câmara, com aquele numero de funcionários precisa de ter um trabalho especializado, ao nível de recursos humanos. Não estava a por em causa a responsável do Departamento, não estavam a falar de pessoas, mas sim da estrutura orgânica. -----

----- Os recursos humanos eram essenciais em todo o processo. Do seu ponto de vista, achava que era uma das competências do Presidente, e era onde ele tinha uma boa parte do seu trabalho. -----

----- Em relação ao Turismo, pensava que tinha que passar para a área do desenvolvimento económico e social. -----

----- Tomou novamente a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, existia ali um conjunto de preocupações que pensava serem importantes. Não tinha lógica que

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

chegasse àquela reunião e despejasse um contexto de material de informação, sem terem aquela discussão. -----

----- Já tinha mais trabalho feito, em termos de tipo de conteúdo funcional, introdução da estratégia em termos do próprio regulamento orgânico, qual o objectivo, a que é que se destinava, onde depois se iria clarificar aquelas ideias. -----

----- Na estrutura anexa ao quadro pretende que viessem os escalões previsíveis, e os de ingresso, para que não houvessem previsões precipitadas. O quadro poderia, depois ser interpretado, em termos de custo, a vários níveis, pois tinha vários escalões e várias categorias. -----

----- Tinham analisado o documento, tinha sido considerado que era preciso “limar arestas ,” tinham sido dados os contributos ali registados, e nas próximas reuniões, conforme o trabalho fosse evoluindo, fosse presente a uma outra reunião para uma deliberação final, para depois de aprovado ser remetido à Assembleia Municipal, para aprovação.-----

----- Tinha passado pela Câmara muitos anos, e tinha a certeza que o quadro de pessoal nunca tinha sido trabalhado daquela maneira. Iriam deixar alguma margem de maleabilidade, para o próximo mandato.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, tinha estado atento a toda aquela discussão, e aquela já tinha vindo no mapa anterior que tinha sido aprovado há dois anos. Em termos de quadro de pessoal, deveriam aumentar os técnicos superiores, e concordava inteiramente com aquela medida.-----

----- Eram confrontados em relação ao pessoal, semi-qualificado que se falarem com aquelas pessoas, eles diriam serem poucos. Teriam que pensar também naquele pessoal, pois não tinha nada contra a Câmara ter alguma função empregadora. Se houver um rebentamento de uma conduta, um jardim por arranjar, não deveriam estar dois ou três dias à espera que o problema fosse solucionado, apenas porque não tinham pessoas para o fazer. Teriam que olhar também, para a questão do pessoal semi-qualificado, pois haviam situações que não eram os quadros médio-superiores que iriam resolver. -----

----- Pensava que, por exemplo, justificava-se o aumento dos jardineiros, como qualquer outra Câmara Municipal estava a fazer. Em termos de ambiente, iriam criar novos espaços verdes, haviam alguns jardins no Concelho, deveria haver um apoio por parte da Câmara Municipal, a nível daquele pessoal. -----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, o planeamento estratégico era feito projectando do futuro para o presente. Era importante perceber o que iria acontecer no futuro. Quando falavam de pessoal semi-qualificado,

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

achava que, obviamente que não se deveriam subestimar, mas hoje em dia o grande problema da autarquia, não era em contratá-los, mas sim em arranjá-los. Não havia pessoas para fazerem aquele trabalho. Portugal, no seu processo de desenvolvimento, tal e qual como os Países do Centro da Europa, hoje para um conjunto de tarefas, utilizava apenas imigrantes, pois a população local, acabava por ser mais selectiva em relação aos postos de trabalho. -----

----- Tinham muito aquele problema, no saneamento e na limpeza, a recolha do lixo, sabia que a rotatividade do pessoal, na recolha do lixo, nos grandes centros urbanos era impressionante. A rotatividade era de tal ordem, que tiveram que ir buscar os emigrantes de Leste para trabalhar. -----

----- Não estavam a pensar despedir ninguém, antes pelo contrário, deveriam perceber quais os serviços que a Câmara quer garantir. A questão da jardinagem, em muitas outras Câmaras, tinha sido resolvida, recorrendo a empresas com deficientes que prestavam aqueles serviços. Julgava que a Câmara deveria ter em atenção, e concordava inteiramente com o referido pelo senhor Vereador António Ramalhete, não na sua função empregadora, mas ter em atenção que havia um aspecto social que deveria ser valorizado, mas essencialmente deveria atrair massa crítica para o Concelho. -----

----- Deveria atrair quadros, recursos que, projectassem o Concelho para uma outra realidade. O facto da Câmara adquirir serviços sem permanências, a empresas, ou a entidades sem fins lucrativos, que os pudessem fornecer, não queria dizer, com isso que estivesse a menosprezar o fenómeno de empregabilidade, antes pelo contrário. Estava a otimizar os seus serviços e a fomentar a sociedade civil. -----

----- Haviam muitas Câmaras que já não tinham serviços de higiene e limpeza, nem auxiliares de serviços gerais. Contratavam empresas para prestarem aqueles serviços. -----

----- Retomou a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, pegando numa frase dita pelo Senhor Presidente, tudo ia da rentabilidade das pessoas que estavam ao serviços de qualquer instituição, quer seja Câmara, seja a Associação, seja o que for. Se os funcionários que aderem ao serviços da Câmara, forem rentabilizados, e a estrutura fosse feita de maneira a que se pudesse exigir, o trabalho a que eram obrigados a fazer, pensava que ficaria muito mais barato, de que pagar aquele trabalho a uma empresa particular. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara solicitando aos senhores Directores de Departamento que se debruçassem sobre aquela matéria. Em relação ao restante executivo iriam pegar naquele aspectos e burilá-los, e numa próxima Reunião de Câmara

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

trariam algumas alterações, avançando com aquele processo, para que, durante o mês de Dezembro, este pudesse ficar concluído. -----

----- A Câmara analisou um primeiro documento de trabalho, que tinha considerado adequado, para ser melhorado e sobretudo, tinham havido algumas achegas dadas pelos Vereadores, no sentido de poderem patrocinar um enriquecimento do documento, de forma a que nas próximas reuniões pudesse ser confrontado para uma decisão final. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o documento fosse presente numa próxima reunião de Câmara, para que fosse tomada uma decisão final.-----

#### **-----1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----**

##### **----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----**

##### **----- 1- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2003-----**

----- O Presidente da Câmara informou que, após a distribuição dos documentos referentes ao Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e três, e julgando ser de todo o interesse que o executivo manifestasse a sua opinião sobre os mesmos, abriu um debate para que os mesmos fossem analisados. -----

----- Mais disse que os serviços tinham estimado a receita, para dois mil e três, receita essa que tinha sido calculada de acordo com o preceituado, em termos daquilo que o POCAL inferia. Em termos de receitas correntes, os valores médios dos últimos vinte e quatro meses, contados de Outubro de dois mil e dois, até Outubro de dois mil, tinham hipótese, como podiam verificar, a receita esperada apresentada para dois mil e três, ascendia a dezassete milhões quatrocentos e sete, quinhentos e quarenta e sete euros (cerca de treze milhões e quinhentos mil contos), ao qual haveria que acrescentar duas ou três rubricas. Uma, que claramente podia ser inserida, uma que estava em análise e uma outra, que poderia reforçar, ao longo da gestão do próximo ano, aquela mesma receita. Passava a explicar: por exemplo, venda de património, de terrenos, e que neste momento, tinham três circunstâncias que fariam surgir aquela oportunidade, e cujo valor orçamental podia servir de algum reforço, embora tivessem que ter presente que, aquelas circunstâncias, em termos de efectividade, ia ser mais demorada. -----

----- Uma outra componente, que não estava valorizada naquele documento, mas já tinham mais ou menos os valores. Tratava-se da interpretação legal do diploma do POCAL, e que se prendia com uma circunstância para a qual tinha chamado atenção, em que, a Câmara Municipal de Montemor, em termos da "cota" que possuía na Comissão de Coordenação, através da Unidade de Gestão do Programa operacional do Centro, tinha

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

ainda disponível cerca de trezentos e dez mil contos, a nível do FEDER. Significava que poderiam apresentar investimentos, até cerca de quatrocentos mil contos, para aquele montante. Assim, se apresentasse projectos teria aquele valor como fonte de receita. -----

----- Havia uma outra situação, que não estava ressalvada naquela documento, mas que tinham que passar a ter conhecimento, de procedimentos adequados por parte dos serviços e ia dar dois exemplos: -----

----- Primeiro – em relação aos loteamentos particulares que eram aprovados na Câmara, não estavam ressalvados naquele documento, porque não tinham histórico nas receitas dos anos anteriores. Havendo uma previsão de quantos loteamentos estariam com possibilidade de serem aprovados em dois mil e três, saberia teoricamente qual era a capacidade de financiamento que darão à Câmara.-----

----- Porque aquele não era um documento definitivo, porque existiam as revisões e alterações, procedimentos para poder encaixar aquelas receitas e obrigar os serviços a darem contrapartidas de recebimento que precisava, porque não tinha capacidade financeira de sustentar todo o investimento que pressupunha. -----

----- Segunda – tratava-se das situações que, através das compensações eram recebidas como consequência dos loteamentos. Assim, teria que ser distinguido o que era um valor patrimonial eventual e o que era um valor comercial.-----

----- Em resumo, teria uma verba de cerca de quinhentos e vinte mil contos, que incluía os cerca de trezentos mil contos que tinha na CCRC e cerca de duzentos e vinte mil contos da venda de património. -----

----- Ao compararem o total da receita com a despesa fixa, estrutural e transitada, que estava naquela documento e que era de doze milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e três euros, sobravam grosso modo, para tudo o que era novo, cinco milhões de euros (cerca de um milhão de contos). Se fossem rigorosos, quando muito, aqueles trezentos mil contos seriam uma “almofada”, porque não estava ainda apresentado as amortizações do empréstimo, que jogaram com aquela situação.-----

----- Havia dinheiros que poderiam vir de outros fundos, que neste momento não estavam negociados, e também não os podia colocar naquele documento. -----

----- Apenas poderiam apresentar, em termos orçamentais de receita, tudo o que eram compromissos assumidos e garantidos por parte das entidades financiadoras. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que existiam duas questões diferentes. Uma era a apreciação final, em termos da execução orçamental, e em termos políticos. Outra situação, falando em termos técnicos era que, e admitia perfeitamente e

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

achava que devia ser, tanto quanto possível, elaborado um orçamento real, tão real quanto possível, até porque não havia nenhuma pressão naquele momento que obrigasse a fazer orçamentos empolados, nem nenhuma razão para o fazer.-----

----- Considerava que o risco que poderia existir era de uma baixa execução e não de outro problema qualquer. Se se orçamentarem mais quinhentos mil contos, o problema que poderia haver era baixa execução.-----

----- O Plano de Actividades era um Plano de intenções, tão real quanto possível e o orçamento de igual forma, por isso independentemente de estarem programadas, se eventualmente não houvesse receitas para elas, não se poderiam executar. Até porque não podia haver aumento da dívida. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, existiam duas situações que pretendia que fossem esclarecidas. Do ponto de vista de optimização dos recursos e de selectividade daqueles recursos já não era assim, porque se não já tinham posto a candidatura. Existia um outro aspecto que teria que ser visível, e se fossem à rubrica dos empréstimos, aquele valor tinha a ver com a estratégia que tinha sido definida este ano, daquele empréstimo de um milhão e trezentos mil (euros ou contos?), tentarem rentabilizá-lo ao máximo, não em exclusividade de pagamento de dívida, mas também de o poder transformar em empréstimo de investimento, na realidade e era o que iam fazer. -----

----- Se não lhe falhava a memória e as contas, se recebessem agora o dinheiro do ICERR, que devia ao município duzentos e cinquenta mil contos, da estrada trezentos e trinta e cinco, se recebessem os duzentos mil contos que ainda não tinha recebido, relativos à Pista de Remo (cem mil contos, do quadro comunitário e cem mil do turismo, que tinham as contingências que todos sabiam), conseguiriam sustentar ou baixar a dívida para a casa dos quatrocentos mil contos (cerca de oitenta mil a fornecedores e cerca de trezentos e vinte mil a empreiteiros).-----

----- A partir deste momento, a estratégia era só a manutenção da situação, porque o difícil tinha sido chegar aqui. -----

----- Neste momento, pensava que para a dimensão da despesa corrente, não era difícil poupar cinquenta mil por ano, o que significava, e quando se referia aquele valor, era porque tinha uma autonomia muito menor que, por exemplo a Câmara Municipal de Cantanhede, e aquela tinha conseguido nos últimos anos, uma autonomia de cerca de meio milhão de contos. A Câmara de Cantanhede era mais autónoma, ou seja, eram menos dependentes dos fundos financeiros do Estado. Se fossem à receita própria do concelho de Cantanhede, ela equivalia a trinta ou quarenta por cento do total da receita,

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

enquanto que, em Montemor, equivalia a dez por cento. Era àqueles dez por cento que ia tirar a sua autonomia, porque quem tivesse já uma margem de autonomia naquela matéria tinha maior capacidade e podia aí "apertar". Onde poderia a Câmara de Montemor fazer isso? Por exemplo, consumos de telefone, aquisição de serviços e outro tipo de sistemas. Tinha pedido aos serviços, para que o informassem da evolução da despesa corrente e da despesa de capital, e para que houvesse um controle da requisição de material. Tinha feito isto nos últimos quatro meses, porque tinha sentido que tinha que começar a controlar as despesas, mas esta era uma situação que teria que ter o seu início em Janeiro. -----

----- Se tivesse ali uma conta de gerência podiam observar que tinham pago muita coisa, que tinham transitados acumulados. Por exemplo, ao associativismo concelhio tinham pago cerca de duzentos mil contos, e esta era uma situação impossível de garantir em dois mil e três. ---- -----

----- Mais disse que, se analisassem o documento, em termos de receita corrente estimada e na despesa corrente fixa, estruturante, e se compararem de pois a receita de capital com a despesa de capital, verificavam que para a receita corrente versus despesa corrente tinham uma disponibilidade, na casa dos quatro milhões e cem mil euros. Em relação à receita de capital, que era investimento, tinham apenas um milhão de euros de diferença. -----

----- Assim, não poderiam gastar oitocentos mil contos em despesas corrente para o ano, isto é, em dois mil e três, teriam que, daqueles oitocentos mil contos que tinham para despesa corrente, teriam que gastar o mínimo possível, para poderem transferir verbas para outras situações. -----

----- Na Administração Geral tinha a preocupação do material que ainda faltava vir, nomeadamente computadores. -----

----- Tinha também as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, e em relação àquele assunto, pretendia dar a conhecer aos senhores Vereadores, duas ou três coisas que considerava importantes. Já tinha desenvolvido com as Juntas de Freguesia, um conjunto de reuniões, que tinha a ver com a programação das preocupações que eles tinham, e ao mesmo tempo, daquilo que eram os apoios para dois mil e três. -----

----- Em Protocolos e Contratos-Programa celebrados entre a Câmara e diversas entidades, tinham pago cerca de setenta mil contos. Existiam algumas situações que ainda estava a negociar. -----

----- Quanto às verbas das Juntas de Freguesia, em dois mil e dois o executivo tinha aprovado o montante de quatrocentos e cinquenta mil euros. Para dois mil e três, propunha



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

a atribuição de quatrocentos e oitenta mil, havendo um reforço de trinta mil euros, cerca de seis virgula sete por cento. Pretendia pautar uma continuidade da descentralização de competências e apoios financeiros às Juntas de Freguesia, duplicando os respectivos FFF, porque tinha retirado do orçamento de estado, quais eram os fundos financeiros da freguesias para dois mil e três. O que propunha era que esses fundos financeiros que as Juntas de freguesia recebem do Estado, directamente, lhes fossem duplicados. Assim, essa verba ficaria para iniciativas prioritárias da Junta de Freguesia. -----

----- Pretendia que fosse promovida formalmente a delegação de competências em áreas, como o apoio ao primeiro CEB, limpeza e arranjo de valetas, zonas verba, etc. -----

----- Estavam a dar uma média de cem mil contos, para que aquelas gerissem aquele valor, investissem ou aplicassem. Por isso, considerava que não poderia haver saldos de tesouraria, porque estavam a disponibilizar dinheiro que era da autarquia, e não poderiam continuar a ouvir no dia a dia, os Presidentes de Junta a solicitar a presença das máquinas, etc. Passariam a ter um determinado valor que lhes daria um desafogo, de não virem dizer que só tinham dinheiro para pagarem os salários dos membros da Junta. Assim, teriam também verbas para fazerem investimentos. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, tinha ideia que, daquela verba estipulada pela Câmara, uma percentagem fosse utilizada em máquinas. O certo era que, quem o tinha feito, não se tinha dada por arrependido do investimento feito. Agora, o senhor Presidente da Câmara tinha chegado à conclusão que parte da verba atribuída, servia como saldo de Tesouraria, que realmente não tinha cabimento. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, não podia garantir a cem por cento, mas tinha quase a certeza que neste momento não havia má aplicação das verbas e por outro lado, tirando um caso ou outro, muito objectivados, as verbas tinham sido utilizadas. -----

----- Em relação ao que as Juntas de Freguesia tinham apresentado, todas elas apresentaram listas enormes, mas o que se pretendia era, de uma certa maneira, privilegiar alguns aspectos. -----

----- Cada vez mais teriam que enumerar o projecto e depois deixar apenas uma pequena fatia, para aqueles que pudessem, através dos que ainda estavam em trânsito de dois mil e dois, entrar para um bolo, mas cada vez mais inverter o sistema. Até agora o bolo representava oitenta por cento e a enumeração dos projectos representava vinte, agora teria que ser ao contrário, a enumeração de projectos representava oitenta por cento e o bolo vinte por cento. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

----- Uma das preocupações naquela matéria, e sobretudo em relação ao primeiro trimestre de dois mil e três, pois era fulcral, havia a preocupação da toponímia, o que era prioritária. Naquele momento havia um conjunto de pedidos, nomeadamente por parte dos CTT, para que se formalizassem alguns pontos que naquele momento eram nevrálgicos, e preocupantes a nível do Concelho, nalgumas Freguesias.-----

----- Estavam com informação, de uma grande parte do Concelho, que tinha enviado através das Assembleias de Freguesia os seus pareceres sobre a toponímia, se reparassem, em Montemor já estavam afixados avisos para se redefinir novamente a toponímia, para verem se no primeiro trimestre de dois mil e três, conseguiriam trabalhar o Concelho globalmente. -----

----- Pensava que seria oportuno, avançar para um critério, não só de postura de trânsito, sobretudo nas Vilas do Concelho, mas também da própria problemática que naquele momento também estava a ser estudada da sinalética, quer horizontal, quer vertical e de uma candidatura que estavam a perspectivar à Direcção Geral de Viação, para responder àquele requisito. Dentro daquele âmbito, naquele momento quer os representantes da Câmara que estavam no Conselho Municipal de Segurança, quer a parte da DOSU, naquele caso concreto, quer a Engenheira Isabel Quinteiro, quer os senhor Manuel Girão estiveram numa reunião com o Conselho de Segurança Distrital, para começar a preparar aquela candidatura que depois, deverá dar azo a algumas daquelas preocupações, que pudessem ser satisfeitas. -----

----- No caso da Ereira, pautava-se por um pedido para que se recuperasse a estrada que ia da Rua do Casal Novo, o alargamento do acesso da Ereira a Verride e a recuperação, da Estrada de Santa Eulália a Quinhendros, e que naquele momento tinha sabido que estava a haver respostas às pretensões, e que naquele momento já se equacionava o projecto das rotundas à saída da auto estrada da A catorze em Frastelo, e por baixo da antiga cento e onze, bem como a recuperação da estrada. -----

----- Em relação a Gatões, o problema era a rede de saneamento, o alcatroamento da estrada Gatões/Carapinheira, e ainda a questão da estrada do Carvalhal para Santana. Liceia era o caso do saneamento, balneários, iluminação do polidesportivo e a intervenção urgente na Escola de Liceia. -----

----- Quanto a Montemor, era necessário que houvesse um terminal rodoviário, existia no Concelho um conjunto de transportadores, que muitas das vezes ao fim de semana, se verificava uma dispersão de estacionamento de camiões daquele género, que colocavam

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28*

em causa a segurança. Pensava que em Montemor existiam condições para um estacionamento daquela natureza. -----

----- Em relação a Pereira, o saneamento junto à EBI, a estrada de Casais Velhos e Casal Minhoto, acabar a Rua de Santa Rita, a estrada do Traveiro, entre outras. -----

----- Mais disse que, em relação a verbas que tinha para receber dos programas operacionais, ainda lhes faltava receber a rede de esgotos de Montemor, na Fase A e B, cerca de duzentos mil euros, da Rede de Esgotos de Arazede, que estava numa fase terminal, cerca de vinte mil euros, da Rede de Esgotos da Ereira, que também estava concluída, mais vinte mil euros, o abastecimento de água a Tentúgal, a obra estava já concluída, cerca de cinco mil e oitocentos euros, eram valores que só iriam receber dali a uns três ou quatro a anos. Do novo Mercado Municipal também tinham para receber cerca de dezassete mil euros, naquele caso concreto, a obra não estava fechada, por causa do concurso que iriam lançar, o Pólo Industrial, trezentos e cinquenta e quatro mil euros, em disponível, e em relação aos Pólos Industriais, pensava ser nevrálgico que em dois mil e três, porque em termos de empréstimos que estavam contraídos e não estavam utilizados, tinham cerca de sessenta mil contos, e tinham outros tanto, na perspectiva de ir ao quadro comunitário. -----

----- Partindo da hipótese que a intervenção dos militares, iriam reduzir muita da despesa que estava prevista, iriam ter uma oportunidade de acelerar aquele processo o máximo. Pensava que, tendo a perspectiva de rentabilizarem ao máximo o emprego e a fixação das Industrias deveriam olhar, apenas à venda daqueles terrenos, pelo valores que tinham suportado através de empréstimos, e não para o total das infra-estruturas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o documento apresentado fosse considerado apenas como documento de trabalho, e que seria presente a uma próxima reunião par ser tomada uma deliberação final.-----

#### ----- 2 – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL – NOVO MERCADO --- ----- MUNICIPAL – FRACÇÃO F -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, relativamente à exposição apresentada pelo Sr. Adérito da Cruz Oliveira, (documento anexo á presente acta sob o numero um).-----

----- Assim, e tendo em atenção a informação já prestada para casos análogos, não havia qualquer inconveniente em satisfazer as pretensões do requerente.-----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo perguntando se aquele assunto tinha a ver com o que tinha ido à ultima reunião, em que se tinha deliberado notificar o munícipe, a comparecer nos serviços, a fim de prestar alguns esclarecimentos. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que aquele caso era o mesmo, o munícipe tinha sido notificado, tinha comparecido e tinha prestado alguns esclarecimentos.

----- A Câmara face à informação dos serviços, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade deferir as pretensões do requerente, autorizando a cessão da posição contratual da fracção F (loja numero seis) do Novo Mercado, bem como a prorrogação de prazo para a realização da escritura, até vinte de Dezembro de dois mil e dois, relativamente à fracção G (loja numero sete) do Novo Mercado Municipal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### **----- 3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----**

#### **-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----**

##### **----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----**

###### **-----1- E.R. 335 – LAVARIZ AO LIMITE DO CONCELHO DE -----**

###### **----- CANTANHEDE – KM 40-458 A KM 53+113 – PRORROGAÇÃO ---**

###### **----- DE PRAZO / MULTAS AO EMPREITEIRO -----**

----- O Presidente da Câmara informou que, de acordo com o deliberado em reunião de Câmara de vinte e dois do corrente mês, teve lugar no passado dia vinte e seis, do corrente mês uma reunião com elementos do Empreiteiro, o Vereador Abel Girão e o Director de Departamento de Obras e Serviços Urbanos-----

----- Na sequência dessa reunião, o Empreiteiro solicitou uma prorrogação de prazo de execução da obra, até trinta e um de Dezembro do ano em curso. -----

----- O Director de Departamento do DOSU, informou que a Câmara poderá conceder uma prorrogação de prazo graciosa, de acordo com o solicitado pelo empreiteiro, devendo contudo a obra estar impreterivelmente concluída naquele prazo.-----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão para dizer que, efectivamente não era possível efectuar as correcções da obra dentro doutro prazo, pelo que concordava com a posição do Director de Departamento do DOSU.-----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, concordava com a prorrogação de prazo, desde que tudo estivesse resolvido até trinta e um de Dezembro do corrente ano, com a respectiva confirmação dos Serviços. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação do prazo de execução da obra em causa, com inicio a trinta e um de Agosto e término a trinta e um de Dezembro do corrente ano.- -----

----- Dois – Caso a obra não esteja concluída a trinta e um de Dezembro do corrente ano, poderão vir a ser aplicadas multas nos termos da legislação em vigor. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2- RECUPERAÇÃO DA CASA DOS MAGISTRADOS – PROJECTO, -**  
 -----**PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS**-----  
 -----**ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO**-----

----- Foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhavam os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dois.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal, para fornecimento das cópias dos elementos do concurso.-----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- “Comissão de Abertura do Concurso”-----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro - Presidente-----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária-----

----- “Comissão de Análise das Propostas”-----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro Civil – Presidente-----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil-----

----- António Manuel Maurício Quinteiro, Técnico Profissional -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**-----

-----**4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE**-----

-----**1- BOLSAS DE ESTUDO – REGULAMENTO**-----

----- Pelo Vereador do Pelouro, foi presente uma proposta do Regulamento em epígrafe, acompanhada de uma informação dos serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o numero três.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

----- Informou ainda que, gostaria de referir a todo o executivo, que em comparação com o antigo regulamento das bolsas, para além do articulado e do próprio texto, tinha sido alvo de um estudo apurado. -----

----- A Câmara Municipal, continuaria a atribuir bolsas aos alunos do ensino secundário ou oficial do nono ano profissional, ao nível três, em superior público, com um conjunto de condicionantes expressas no regulamento. Tinha sido provado que alunos que fossem portadores de deficiência, muitas das vezes o agregado familiar, escapando ao limite mínimo do valor da bolsa a atribuir, os encargos que os pais acarretavam e os próprios alunos, para o facto de poderem, quer em termos de mobilidade, quer em termos de compras de equipamentos específicos, nomeadamente de material didáctico, ultrapassavam a sua própria disponibilidade financeira. -----

----- Bastava comparar o antigo com o novo regulamento para se verificar uma melhoria significativa, substantiva e qualitativa, não só em termos do número de bolsas a atribuir, mas no espectro e no público alvo, a quem eram atribuídas. -----

----- Tinham introduzido, no novo regulamento, que aqueles que tinham fracos rendimentos económicos, se pudessem manter, mas também pudessem vir a incluir alunos que demonstrassem outros tipos de capacidades, que não tivessem rendimentos suficientes para poderem progredir, em termos de estudos especializados, quer seja na área da música, quer na área do desporto, na área artística, etc. estava previsto que aquelas condições pudessem ser apreciadas. -----

----- Todo o articulado sofria alterações, do ponto de vista formal, de acordo com parecer jurídico que tinham recolhido. Havia condições de cessão de bolsa, no articulado anterior, antes da própria atribuição da bolsa. Do ponto de vista formal, também o próprio regulamento tinha sido alvo de uma operação aprofundada de tratamento. -----

----- Por último, e se o executivo pretendesse mais alguma explicação, estaria disponível para a dar. Em comparação com o anterior regulamento, aquele tinha sido alvo de discussão e aprovação no Conselho Local de Educação, na passada semana, o qual tinha retido e recolhido parecer positivo, para aquela proposta que estavam a apresentar à Câmara Municipal. -----

----- Assim propunha a aprovação do novo Regulamento da Atribuição das Bolsas de Estudo, com aquelas nuances principais, além de outras, que tinha colhido, como já tinha referido, a aprovação do Conselho Local de Educação. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

----- Propunha também, que aquela proposta de regulamento, e sendo uma alteração ao regulamento existente, apesar de ser uma alteração substancial, quer no seu articulado, quer no seu conteúdo, deveria ser colocado a discussão pública, conforme o C.P.A. -----

----- Porém, existiam condicionantes especiais, que poderiam, se a Câmara assim o entendesse, dispensar aquela consulta. -----

----- Assim propunha a dispensa da discussão pública, de acordo com as disposições dos artigos cento e dezassete e cento e dezoito do C.P.A. -----

----- Propunha ainda, que depois de aprovado o referido regulamento fosse remetido à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo estranhar que, apesar de ter já sido sujeita à apreciação do Conselho Permanente só naquele dia lhes ter sido entregue, o que não lhes tinha permitido uma análise mais detalhada. -----

----- Pela leitura que tinha feito, haviam algumas questões de pormenor, e que poderiam suscitar alguma interpretação dúbia sobre o assunto. -----

----- Primeiro - no artigo quarto, na alínea b) quando referia "Serem naturais ou residentes do concelho de Montemor-o-Velho;", pensava não ser suficiente. Uma pessoa poderia ter nascido em Montemor, e por exemplo, aos seis meses de idade, ter ido viver para outra localidade, parecendo-lhe não ter nenhum vínculo formal com o Concelho de Montemor, que justificasse poder usufruir daquelas bolsas. -----

----- Era diferente de alguém com mérito reconhecido, que valesse a pena recuperar ou associar a Montemor, mas que tivesse vivido parte da sua vida. Pensava que o que deveria estar explícito no regulamento, era "...serem naturais ou residentes...". Alguém que estivesse a residir pontualmente no concelho, para todos os efeitos era residente, naquele momento.-

----- O ser natural era um estatuto que nunca se perdia, mesmo que aos três meses de idade se abandonasse o concelho. Se estivesse referido, por exemplo, "... serem naturais e residente do concelho de Montemor;" embora depois se pudesse colocar a outra questão inversa: por exemplo, a de uma criança que tenha nascido noutro concelho qualquer, e que tenha vindo para Montemor, e passado aqui toda a sua vida. Pensava que não se deveria excluir a componente da residência, da naturalidade, podendo-se esclarecer um pouco esta questão. -----

----- Segundo - na alínea c), havia ali a questão, de como é que calculariam o rendimento líquido "per capita" equivalente ao rendimento mínimo nacional. O rendimento "per capita" calculava-se deduzindo as despesas certas, e um rendimento per capita de trezentos e cinquenta euros por mês, implicava um rendimento familiar bastante elevado.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

Estavam a falar de uma família tradicional, com quatro pessoas, um rendimento per capita de trezentos e cinquenta euros, mesmo já deduzidas as despesas com habitação, com saúde, etc., representava um rendimento que poderia andar na casa dos dois mil euros, por mês.-----

----- Pensava que poderiam fazer “banda larga”, mas uma coisa era premiar a excelência, e isso deveria ter outras regras, mas quando falavam em questões de carácter social, um rendimento per capita de trezentos e cinquenta euros, por mês, que era agora o salário mínimo, sensivelmente, era “banda larga”.-----

----- Deveriam premiar a excelência, e aí nem se deveria estabelecer rendimento “per capita”, mas num caso daqueles, parecia-lhe extremamente elevado.-----

----- Já tinham havido problemas complicados, por causa das Bolsas. Pensava que era uma medida acertadíssima, não a colocava em causa, e pensava que se havia dinheiro que valia a pena gastar era com este tipo de apoio. Teria que se definir bem aquela questão. Era preferível a actual maioria ter uma perspectiva de continuidade e fazerem previsões, pelo menos a três anos.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalheite dizendo que, se deveria definir o “timing” do concurso, pois existiam muitos munícipes que no passado, alegavam nunca terem sabido de nada, e deveria haver um critério rigoroso na atribuição das bolsas. Era inadmissível, e tinham casos que eram do conhecimento geral, de pessoas que estiveram a receber bolsas de estudo que tinham um nível muito superior, ao de outras, que tinham passado um pouco acima do rendimento per capita, previsto no regulamento e não receberam.-----

----- Embora o critério estivesse salvaguardado na alínea e), não deveria ser somente o IRS, pois sabiam que pessoas com rendimentos superiores, e só porque o IRS era o documento numero um, para a atribuição das bolsas, aquelas pessoas conseguiam-nas, enquanto outras que lutavam com muitas mais dificuldades, não o conseguiam.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – aprovar a proposta de regulamento em causa.-----

----- Dois – Dispensar a apreciação pública de acordo com as disposições combinadas dos artigos cento e dezassete e cento e dezoito do C.P.A., por considerar que a matéria regulamentada produz efeitos externos, mas não constitui a imposição de deveres ou sujeições para os particulares.-----

----- Três – Que o presente Regulamento seja submetido a aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

***Reunião extraordinária de 2002 de Novembro de 28***

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas vinte horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,**

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.<sup>a</sup>